

DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Alternativas e oportunidades no território

DIVERSIFICATION AND DEVELOPMENT OF SMALL PARANAENSE MUNICIPALITIES
Alternatives and opportunities in the territory

Lisandro Pezzi Schmidt¹, Mario Zasso Marin² e Wellington Barbosa da Silva³

Resumo

O artigo aborda como pequenos municípios localizados fora de um eixo de aglomeração e de baixo desenvolvimento econômico intensificam alternativas de modo a promover a diversificação econômica e a valorização do território. Diante de tais enfoques, relacionam-se para os casos investigados, a perspectiva para exploração e geração de riqueza numa parte do espaço regional paranaense, o que inclui características culturais, físicas, econômicas e sociais do Centro-Sul e Sudoeste paranaense e a necessidade de articulação entre os diferentes atores públicos e privados. A pesquisa reforça o caráter multiplicador do Turismo Rural para pequenos municípios, afetando todos os setores da economia, o que permite as várias possibilidades de cooperação no âmbito regional no que se refere às alternativas para geração de renda e trabalho, não distante do envolvimento dos agentes governamentais e privados.

Palavras-chave: políticas públicas, gestão pública, turismo rural, desenvolvimento local, Paraná.

Abstract

The article discusses how small municipalities located outside an axis of agglomeration and low economic development intensify alternatives in order to promote economic diversification and the valorization of the territory. In view of these approaches, for the investigated cases, the prospect for exploration and wealth generation in a part of the regional space of Paraná are related, which includes cultural, physical, economic and social characteristics of the Center-South and Southwest of Paraná and the need for articulation between the different public and private actors. The research reinforces the multiplier character of Rural Tourism for small municipalities, affecting all sectors of the economy, which allows the various possibilities of cooperation at the regional level with regard to alternatives for income generation and work, not far from the involvement of government and private agents.

Keywords: public policies, public management, rural tourism, local development, Paraná.

1 Doutor, Docente do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: lpezzi@unicentro.br

2 Doutor, Docente do Departamento de Geografia – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: mmarin@unicentro.br

3 Doutor, Docente em Geografia Física. E-mail: wbarbosa@unicentro.br

Introdução

Ao analisarmos a complexidade das diversificadas formas e conteúdos presentes no território⁴, em particular, no urbano e no rural, levam-se em consideração, entre os mais variados aspectos, questões que envolvem o entendimento para qual sentido do desenvolvimento local se espera no século XXI.

Como é possível chegar à definição de outras direções que possam promover novas atitudes e valores, para além daquelas que envolvem as características do lugar, como as relações sociais, a cultura, as delimitações de comunidades, entre outras, que englobam um ou mais municípios próximos e distantes de aglomerações?

Tal questionamento passa a ser objeto de amplo debate e reflexão, guiado por enfoques variados, mas não distantes da realidade dos pequenos municípios⁵ paranaenses, de uma certa região, de um país. Como aponta Moura (2009, p. 17), “os pequenos núcleos organizam-se para a vivência coletiva e, ao seu modo, para a política e para a cidadania”, onde a densidade material e a capacidade inovativa (resguardadas as escalas), assumem um papel na divisão do trabalho e a participação na rede urbana.

Em outros termos, como indica Vainer (2002), o governo local tem a extraordinária capacidade de cumprir de maneira vantajosa as tradicionais funções que sempre foram as dos estados nacionais, que são: a função de acumulação e a função de legitimação. Esses aspectos assim destacados levam a crer certa busca pela competitividade dos pequenos municípios e na valorização de seu território.

Os desdobramentos e a partir das experiências e estudos realizados nos municípios paranaenses Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Pinhão e Sulina apontam a necessidade de realização de pesquisas que possam orientar o plano de ação política e alternativas com vistas à ação local, ainda em lento processo de elaboração e implementação. A escolha dos municípios, objeto principal do nosso trabalho, partiu do interesse e parceria das respectivas prefeituras municipais junto aos pesquisadores e de seus grupos de pesquisa⁶.

4 Saquet (2003) coloca que o território passa a existir quando se manifesta e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações sociais que dão o concreto ao abstrato; são as relações que consubstanciam o poder. Toda a relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários. E são essas relações que cristalizam um território e as múltiplas territorialidades. Portanto, a territorialidade é cotidiana, multifacetada, e as relações são múltiplas e, por isso, os territórios também o são (com territorialidades), revelando a complexidade social e ao mesmo tempo as relações de indivíduos e grupos sociais com uma parcela do espaço, relativamente delimitada.

5 Como se pesquisou pequenos municípios, admite-se (trata-se de uma interpretação possível) que as pequenas cidades fazem parte do mundo rural: elas são, também, frequentemente, um espaço marcado pela particular vinculação com a natureza e pelas relações sociais de interconhecimento, exercem as funções de organização, gestão e representação do conjunto de sua área de influência, e ainda, constituem um dos elos de integração do mundo rural com o sistema mais geral das cidades (WANDERLEY, 2007).

6 O artigo apresenta resultados de um trabalho em equipe, envolvendo pesquisadores, colaboradores e apoio técnico e financeiro das Prefeituras Municipais de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão, Pinhão e Sulina, cujo objetivo foi a realização do Inventário da Oferta Turística de cada município. Contribuíram na investigação, durante as discussões e na elaboração dos relatórios de pesquisa, os docentes Diogo Lüders Fernandes (Departamento de Turismo, Unicentro) e Leonides da Silva (Departamento de Geografia, Unicentro); as acadêmicas Débora de Oliveira dos Santos, Cristine Nataly Corrêa, Vanessa Aparecida Beraldo e Rebeqa Aparecida Almeida (acadêmicas do Curso de Bacharelado em Geografia da Unicentro, *Campus Cedeteg*).

O presente trabalho possibilita disseminar informações locais para a comunidade científica e municipal, diante de uma abordagem territorial⁷ que eleva o conhecimento dos aspectos mais relevantes e frequentes que devem ser ampliados para satisfazer melhorias das condições de vida e criar outras oportunidades.

Núñez (2016) indica que a partir do início dos anos 2000 o debate sobre o desenvolvimento econômico volta a dialogar com a dimensão territorial no âmbito da América Latina, ainda que a abordagem tende a se limitar ao âmbito nacional e, sobretudo, projetos que envolvem iniciativas do poder público municipal, as vezes em parceria com grupos de empreendedores locais. Em muitos casos, a parceria público x privada é limitada por não existir diálogo, coordenação, planejamento. Há muitas disputas políticas que impedem atingir a governança territorial.

Partindo do pressuposto de que pequenos municípios paranaenses participam da dinâmica da rede urbana, em que um ou mais polos regionais absorvem o campo de interesses para diferentes pesquisas e dos intensos investimentos, a realização do presente trabalho apresenta a reflexão dos resultados das pesquisas realizadas entre os anos de 2015 e 2019, abrangendo parte do Centro-Sul e parte do Sudoeste Paranaense, considerando os componentes locais identificados. O objetivo principal do trabalho foi entender e refletir sobre os obstáculos e oportunidades ao desenvolvimento local em pequenos municípios localizados no Centro-Sul e Sudoeste paranaense.

Constitui-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, envolvendo pesquisas em fontes primárias e secundárias. Inicialmente, foram realizadas reuniões com pesquisadores, poder público e sociedade civil (informantes-chave) a fim de obtenção de dados, informações municipais (econômicas, sociais, culturais e de governança), projetos em andamento e seleção dos locais com potencialidades para resultados rápidos. Logo em seguida, realizamos buscas em informações secundárias disponibilizadas pela prefeitura municipal e, em gabinete, houve a análise dos documentos, dentre eles, a legislação municipal e o Plano Diretor.

A pesquisa constitui-se dos seguintes indicadores municipais: levantamento da estrutura fundiária (IBGE, 2017), censo demográfico (2010), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2016), assim como o IDH das mesorregiões Paranaenses, disponibilizados da base de dados do IpeaGEO.

Observamos poucas produções e informações a respeito das riquezas e das fragilidades que compreendem a geração de renda, a utilização sustentável do território e as intenções das gestões municipais para um curto prazo de investimento.

Estudar e compreender a dinâmica de alguns municípios do Paraná, possibilita a utilização dos potenciais encontrados e, através destes, impulsionar o desenvolvimento econômico, ressaltando suas características e produtos locais que podem ser inseridos e reconhecidos no mercado regional e estadual em larga escala.

As potencialidades identificadas indicam elementos locais que orientam as riquezas e alternativas para a cooperação entre os agentes, mostram carências quanto à estrutura,

⁷ A abordagem territorial possui um caráter instrumental e visa conceber o desenvolvimento numa perspectiva integradora dos componentes/dimensões que constituem o território. Entende-se, por abordagem territorial, o contexto existente, ou a ser construído em uma determinada escala, pela participação de múltiplos atores (sociais, econômicos, políticos, institucionais), pelas distintas escalas e pela participação da sociedade civil e organizada nas propostas de desenvolvimento. Diante dos contextos socioeconômico e ambiental, o território, nessa perspectiva, é a base para atuação do Estado inter-relacionado à sociedade civil e organizada (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

a lenta realização das políticas públicas, bem como a ausência de ações efetivas que possam agregar valores e sentido para projetos e programas municipais. Uma das intenções da intervenção política local aponta ao entendimento da territorialidade da política pública por meio da atividade turística, ainda não cooperada com outros agentes locais (agricultores e empresariado local).

Os acontecimentos e a realização de atividades inovadoras é lenta para promover mudanças num cenário sujeito a constantes transformações, pois envolvem, em geral, interesses individuais e não articulados, baixo envolvimento da população local nas decisões, bem como das secretarias para apoio técnico.

Os municípios caracterizam-se pela forte tendência à manutenção das atividades típicas (dentre elas a agropecuária) e locais que garantem estilos de vida e relações intensificadas pelas questões culturais. De um lado, aprofundam-se as desigualdades pelo acúmulo da renda e, de outro a permanência das dificuldades de uma parte expressiva da população empobrecida. Notamos que as dificuldades estão atreladas à desconfiança para projetos mais ousados, ao limitado investimento em treinamento, ao receio para adotar novas tecnologias e a incorporação delas para divulgar produtos turísticos.

Partindo da compreensão da escala local de desenvolvimento, o estudo apresenta reflexões e proposições para os municípios, com o intuito de ampliar as discussões do desenvolvimento local com vistas a diversificar a economia e ascender o fluxo econômico e social.

O texto compõe-se de três partes: a primeira, de cunho teórico, apresenta algumas discussões com relação ao desenvolvimento socioeconômico e pequenos municípios; a segunda, trata das continuidades e dificuldades na interação territorial; por fim, na última parte, discute-se a expansão das atividades, por meio da formulação de possibilidades num ambiente de oportunidades.

O desenvolvimento socioeconômico e pequenos municípios

De um modo geral, críticas e avanços nas interpretações da realidade urbana, rural e regional passam também pelo recorte a ser estabelecido, confrontando temas diversos para o entendimento do papel dos atores locais que confrontam interesses com vistas ao desenvolvimento. Observa Brandão (2004), que a construção de uma visão crítica passa pelo reconhecimento da impossibilidade de uma teoria geral e abstrata (pronta e acabada) da problemática regional e urbana, e defende uma discussão estrutural do processo de desenvolvimento.

Termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, interação/integração, cadeias, distritos, sistemas regionais de inovação e produção, além de diversificação e pluralização, passaram a fazer parte do discurso dos agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) do desenvolvimento (BECKER, 2008).

As atividades diversas numa região⁸ (consideramos a totalidade dos municípios),

⁸ Segundo Haesbaert (1999), a diversidade territorial é a base para a regionalização (instrumento de análise a fim de se buscar os recortes mais coerentes que deem conta das diferenciações no espaço). Essa diversidade territorial é o resultado de uma imbricação entre as dimensões global e local. Nesse caso, a definição de região deve considerar problemáticas como a das escalas e fenômenos sociais mais específicos (os regionalismos políticos e as identidades regionais) como aqueles que produzem a diversidade geográfica do mundo. Haesbaert (1999, p. 29) conceituou região como “um espaço (não

caracterizam a economia regional e também as possibilidades da sua diversificação. Como indicam Bassan; Siedenberg (2008), o conceito de desenvolvimento compreende e ideia de crescimento, na qual o desenvolvimento passa a ser tratado a partir de critérios, como a eficiência produtiva, a satisfação das necessidades humanas e o atendimento dos objetivos da sociedade; se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa, em que traduz as diversidades das formas sociais e econômicas.

O desenvolvimento regional pode ser impulsionado a partir da união das atividades econômicas e a exploração dos recursos para exportações de produtos gerados na região. Segundo Lima e Oliveira (2003) pensar em desenvolvimento regional é, antes de qualquer coisa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento.

Nesse contexto, como indica o Ipardes (2010), o desenvolvimento regional é definido como o conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais, que não é simplesmente o reflexo de um processo de desenvolvimento nacional em uma dada localidade. O que caracteriza o processo de desenvolvimento econômico local é o protagonismo dos atores locais, na formulação de estratégias, na tomada de decisões econômicas e na sua implementação.

Trata-se, portanto, de um processo de desenvolvimento econômico que se baseia na autonomia dos agentes locais, que, muitas vezes, caminham em oposição ao pensamento dominante. Nessa direção, o presente trabalho contempla pequenos municípios do Paraná. A partir dessas ideias, Becker (2008) e Brandão (2004) examinam os diferentes processos de desenvolvimento.

Do ponto de vista de Becker (2008, p. 39):

[...] os distintos processos de desenvolvimento regionais não são iguais, por que a dinâmica do desenvolvimento contemporâneo caracteriza-se por ser resultado das sínteses de dois processos contrários: um de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser, em tese, considerado como sendo o da direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma ação exercida de fora para dentro e de acordo com interesses econômico-corporativos, multinacionais, multissetoriais e multifuncionais; outro, de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo e reação socioambiental do desenvolvimento, uma contra-ação exercida de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar.

A propósito de Brandão (2004, p. 58), sobre o impacto territorial da política pública e das relações sociais presentes, assevera:

O território passa a ser como que o grande regulador autômato de relações, dotado da propriedade de sintetizar e encarnar projetos sociais e políticos. Ou seja, personifica-se, fetichiza-se e reifica-se o território, ao preconizar que o mesmo tenha poder de decisão, desde que dotado do adequado grau de densidade institucional e

institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco 'regional' de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução."

comunitária. À ação pública caberia apenas animá-lo e sensibilizá-lo, construindo confiança e consensos duradouros. É bom lembrar que tais consensos surgem como pressupostos e não como propósito a ser construído.

Ainda, para Brandão (2004, p. 70):

O Desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Esse processo deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Neste sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas e emancipatórias, envolvendo, portanto, tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos.

Dessa forma, ao tratar sobre desenvolvimento, sobretudo, observa-se, a ênfase na força política, na cooperação institucional, na participação da sociedade civil nos projetos de desenvolvimento, na parceria público-privada e nas possibilidades de estreitar relações entre entes federativos, ainda que se reconheça certo predomínio dos vínculos partidários e dos favores o que antecipa decisões coerentes (às vezes incoerentes) com a realidade.

Assim, percebe-se que a base é a discussão em torno do desenvolvimento local (e a inserção da discussão de território, pois mostra as disputas, mas também, as potencialidades), políticas públicas e a articulação de atores governamentais e não governamentais.

As continuidades e as dificuldades na interação territorial para o desenvolvimento local

Moura (2009) observa que no conjunto dos municípios paranaenses, localizados contiguamente ou não às aglomerações urbanas, consolida-se uma expansão horizontal da urbanização e do meio técnico-científico-informacional, quer dizer, a modernização do território. Nessa condição, identificam-se espaços organizados e polarizados por centros e aglomerações, com níveis de complexidade e produção intensos. Também, um mundo rural modernizado que se esvazia de outros contingentes populacionais e como consequência o isolamento de pedaços do território, os quais são incapazes de acompanhar as exigências da produção que se opera sob racionalidades externas.

O que encontramos numa parte do Paraná, são municípios que ainda apresentam carências quanto a inovação econômica e dependentes no que se refere ao que acontece no campo e dependentes de outros serviços e incapazes de não conter fluxos migratórios para outros centros urbanos do estado.

Os municípios do recorte da pesquisa, Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu e Pinhão⁹, fazem parte da Região Geográfica Imediata de Guarapuava e o município de Sulina

⁹ O município polo é Guarapuava (Região Geográfica Imediata de Guarapuava), município com 182.644 habitantes (9° do estado) e 12° do estado em receitas realizadas (IBGE, 2017; 2020).

| Municípios | População Total (2000) | População Rural | População Urbana | População Rural (%) | População Urbana (%) |
|-------------------|------------------------|-----------------|------------------|---------------------|----------------------|
| Foz do Jordão | 6.378 | 2.066 | 4.312 | 32,39 | 67,61 |
| Pinhão | 28.408 | 14.674 | 13.734 | 51,65 | 48,35 |
| Reserva do Iguaçu | 6.678 | 3.338 | 3.340 | 49,99 | 50,01 |
| Sulina | 3.918 | 2.723 | 1.195 | 69,5 | 30,5 |

| Atividades econômicas | Municípios | | | |
|--|-------------------|---------------------|-------------------|------------------|
| | Foz do Jordão | Pinhão | Reserva do Iguaçu | Sulina |
| Agropecuária | 34.379,06 | 159.199,53 | 63.432,02 | 46.257,41 |
| Indústria | 12.717,66 | 931.355,90 | 12.544,75 | 3.428,10 |
| Serviços | 24.565,36 | 193.353,85 | 26.596,80 | 20.737,61 |
| Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social | 26.531,48 | 147.244,66 | 38.237,76 | 19.276,12 |
| Impostos | 4.545,24 | 35.396,11 | 4.707,68 | 4.498,46 |
| TOTAL (PIB) | 102.738,80 | 1.466.550,05 | 145.519,02 | 94.197,69 |

da Região Geográfica Imediata de Pato Branco¹⁰, pertencentes, respectivamente a Região Geográfica Intermediária de Guarapuava e de Cascavel. São municípios de economia predominantemente rural (Tabela 2), exceto Pinhão, com área urbana sem maiores dinâmicas econômicas e fluxos comerciais expressivos. Todos os municípios possuem população rural superior a 30% chegando a 69,5% em Sulina (Tabela 1).

Os municípios de Pinhão e Foz do Jordão fazem parte da região turística do Paraná denominada Lagos e Colinas. Já o município de Sulina pertence a região turística Vales do Iguaçu¹¹. O município de Reserva do Iguaçu não faz parte de nenhuma região turística. Os dados e informações disponíveis, agrupados e sistematizados, permitiram identificar o perfil da área rural desses municípios e o potencial turístico com base, sobretudo, nos recursos naturais.

Nota-se que a própria denominação dada às duas regiões turísticas (Lagos e Colinas¹² e Vales do Iguaçu), que reúne três dos quatro municípios analisados, reforçam características geográficas, tais como, os lagos formados pela construção de usinas hidrelétricas (com amplo potencial de aproveitamento turístico), bem como os relevos ondulados a forte ondulados, denominados coloquialmente de Colinas e Vales. Tais regiões turísticas exploram as riquezas naturais encontradas ao longo do território de

10 O município polo é Cascavel (Região Geográfica Imediata de Pato Branco), município com 332.333 habitantes (5° do estado) e 8° do estado em receitas realizadas (IBGE, 2017; 2020).

11 Ampére, Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Manguierinha, Mariópolis, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Planalto, Realeza, Salgado Filho, São Jorge D'oeste, Sulina, Verê (PARANÁ TURISMO, 2020).

12 Cantagalo, Candói, Foz do Jordão, Guaraniaçu, Goioxim, Laranjeiras do Sul, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond (PARANÁ TURISMO, 2020).

| Municípios | Ranking Geral IFDHM | | | | | |
|-------------------|---------------------|----------|--------|-----------------|----------|--------|
| | Nacional | Estadual | IFDHM | Emprego e renda | Educação | Saúde |
| Foz do Jordão | 2.083° | 276° | 0,7017 | 0,4780 | 0,6990 | 0,9282 |
| Pinhão | 2.670° | 327° | 0,6771 | 0,5317 | 0,7141 | 0,7856 |
| Reserva do Iguaçu | 2.546° | 317° | 0,6815 | 0,4576 | 0,7115 | 0,8756 |
| Sulina | 3.044° | 355° | 0,6612 | 0,4446 | 0,7368 | 0,8021 |

Nota: O índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 maior o desenvolvimento do local. A leitura é feita de forma que, valores entre 0,0 e 0,4 são considerados baixos, valores entre 0,4 e 0,6, regular, entre 0,6 e 0,8, moderado e valores entre 0,8 e 1, de alto índice de desenvolvimento, respectivamente.

| Municípios | Total | | Agricultura familiar | |
|-------------------|------------------|---------|---------------------------|----------------|
| | Estabelecimentos | Área | Estabelecimentos (n° e %) | Área (n° e %) |
| Foz do Jordão | 259 | 25.721 | 149 (57,52) | 2.164 (8,41) |
| Pinhão | 2.852 | 134.909 | 2.058 (72,15) | 37.887 (28,08) |
| Reserva do Iguaçu | 693 | 44.126 | 483 (69,69) | 8.572 (19,42) |
| Sulina | 499 | 15.836 | 453 (90,78) | 7.626 (48,15) |

* Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

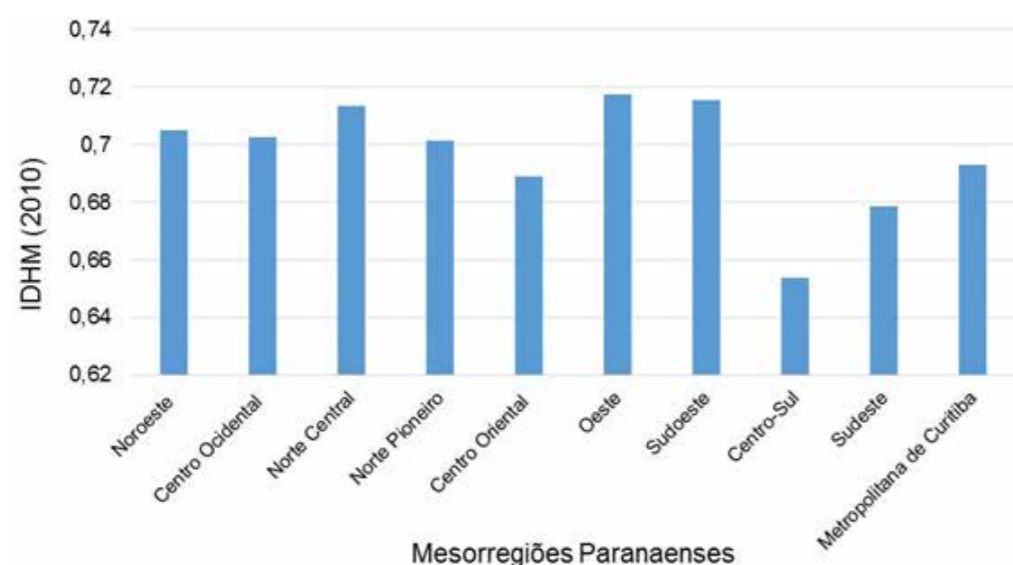
cada município.

Como resultado na dinâmica do crescimento, observa-se a redução da população sobretudo nos menores municípios analisados nesta pesquisa, isto é, Foz do Jordão e Sulina, que, respectivamente tiveram uma redução da população total, entre 2000 e 2019, de 37,16% e 31,43%. A população rural destes municípios reduziu-se, respectivamente, entre 2000 e 2010, 38,37% e 35,87% (IBGE, 2000; 2010; 2019). É o que reforça Moura (2009, p. 24):

Salvo pequenos municípios inseridos nas dinâmicas das aglomerações urbanas, os demais não vêm manifestando sinais de que possuem atrativos a novos moradores ou de que contemplem as exigências dos vários segmentos da própria população residente, que migra em busca de oportunidades.

Os dados socioeconômicos dos municípios reforçam as afirmações de Moura (2009). Na tabela 3, observa-se o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios da pesquisa. Nota-se que eles possuem, em geral, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal moderado, sendo regular o índice de emprego e renda e melhores indicadores somente para a área de saúde. As migrações dos municípios e o moderado desenvolvimento estão muito ligados à presença limitada de empregos nos municípios. Também, estão relacionados a estrutura fundiária destes municípios, que se apresenta muito concentrada, sobretudo em Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu e Pinhão, como é possível observar na tabela 4, com a distribuição dos estabelecimentos agropecuários e área entre os agricultores familiares.

Foz do Jordão e Pinhão, da região turística Lagos & Colinas, possuem o Inventário



da Oferta Turística, bem como Sulina, da região turística Vales do Iguaçu. Através do Inventário, os municípios podem ser cadastrados no Ministério do Turismo e se candidatarem a receber verbas específicas direcionadas pelo Ministério para investir em projetos no município. O inventário turístico constitui-se num processo pelo qual se registra o conjunto de recursos, atrativos, equipamentos e serviços turísticos e a infraestrutura existente na localidade, buscando a correta ordenação e utilização do território, de forma a otimizar o uso de seus recursos naturais e culturais (INVENTÁRIO DA OFERTA TURÍSTICA DE RESERVA DO IGUAÇU, 2015). Diversos municípios, tanto da região turística Lagos & Colinas, como da região turística Vales do Iguaçu não possuem seus inventários ou roteiros¹³ que contêm seus atrativos e recursos turísticos.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), como já observado na tabela 3, os municípios possuem, em geral, índice moderado, porém, o IDHM da mesorregião Centro-Sul paranaense, onde se localizam os municípios de Foz do Jordão, Reserva do Iguaçu e Pinhão, é o mais baixo das mesorregiões paranaenses (Figura 1).

Deste modo, ao observar as características de cada município, pergunta-se: de que forma seus respectivos potenciais adaptados às suas características podem favorecê-los? E com isso, contribuir para amenizar as disparidades sociais da mesorregião e encontrar uma forma de ascender a economia, visto que a presença industrial e comercial não é fator dominante na geração de empregos e movimentação da economia. Com relação a essas colocações, Santos (1999, p. 244) destaca:

Certos espaços da produção, da circulação e do consumo são a área de exercício dos atores 'racionalis', enquanto os demais atores se contentam com as frações urbanas menos equipadas. A ação humana é desse modo compartimentada, segundo níveis de racionalidade da matéria.

Consideramos que ao tratar dos pequenos municípios, a base produtiva é

¹³ O Ministério do Turismo conceitua roteiro turístico como um "itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade. É definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística" (BRASIL, 2007, p. 3).

predominantemente rural e com lentas mudanças que associam investimentos em infraestrutura e nos modos de vida para tornar mais nítidos os modos de vida e as relações com o contexto urbano. Deve-se ressaltar que há, sobretudo no Centro-Sul paranaense, um setor agropecuário dinâmico e moderno (com produção de soja, milho, cevada e trigo empregando intensa tecnologia) que convive com uma agropecuária familiar que apresenta inúmeros problemas, tais como a falta de assistência técnica e crédito, longas distâncias aos mercados consumidores, estradas mal conservadas, falta de sucessor nas unidades de produção.

A concentração fundiária nos municípios de Pinhão, Reserva do Iguaçu e Foz do Jordão, exceto no município de Sulina, que tem características sociais, econômicas e fundiárias distintas, cria o binômio: de um lado um agronegócio moderno e de outro muitos agricultores familiares com dificuldades de reprodução social e econômica. Os desdobramentos dessa dinâmica atingem a produção voltada à cultura da soja, principalmente, para o agricultor não familiar e a produção do leite não processado para, sobretudo, o agricultor familiar, caso de Sulina, principalmente.

Dessa forma, os laços familiares, o controle da terra, a estrutura existente que parcialmente atende às *commodities* e a utilização predominante da mão de obra familiar e equipamentos existentes dão conta de um rural ainda não explorado e estabelecem um sentido permanente do rural, como cita Monte-Mór (2004), onde as relações com o campo constituem produções que lentamente agregam valor aos produtos e pequenas cidades sem indústrias e diversificação.

Noutro prisma, a disposição dos serviços de infraestrutura são buscados e complementados em outros municípios, caso de Pato Branco, Guarapuava, Cascavel (aeroporto, serviços mais sofisticados).

Assim, nota-se que há, sobretudo junto aos municípios de Reserva do Iguaçu, Foz do Jordão e Pinhão, a presença de uma estrutura fundiária que fortalece, de um lado, estabelecimentos agropecuários modernos e de outro, estabelecimentos familiares que em geral, possuem pouca terra, dificuldades de sucessão do patrimônio fundiário, limitada assistência técnica e tecnologias. Em Sulina, as dificuldades são semelhantes, porém, a concentração de terras não é tão expressiva (conforme analisado na tabela 4), ademais, o capital social¹⁴ está mais evidente neste município e, portanto, essencial para o desenvolvimento local.

A expansão das atividades: formulações possíveis num ambiente de oportunidades

Devido à proximidade entre os municípios investigados, observamos que os governos municipais não encontram barreiras que impedem compartilhamento de ideias para projetos locais/regionais. Para isso, somente a transformação da cultura individualizada e centralizadora, poderá permitir outras direções no que se refere aos planos e incentivos das atividades locais, ou seja, os governos municipais e os atores competem com eles mesmos.

Corroborando Brandão (2004, p. 73):

¹⁴ A cooperação voluntária é mais fácil em uma comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social, sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. "O capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas" (PUTNAM, 2006, p. 186).

Apresentado como 'projeto tático' (porém que vai se tornando permanente), o diagnóstico é de que, em um ambiente crítico e de fragmentação, só resta tecer novas redes de colaboração e melhoria do ambiente. Seria preciso promover parcerias para criar novo contexto, no qual os atores atuariam de forma cooperativa, com coincidência de objetivos, confluindo, com base no entendimento, sem contestações, para um projeto de cidade e região. Ações assistencialistas, compensatórias e focalizadas seriam definidas para os que jazem ao largo deste jogo cívico. Seria preciso constituir jogos preliminares de 'sensibilização e animação territorial' para integrar os *stakeholders*, os participativos, legitimados e interessados pelas 'coisas locais'.

A partir das ideias apresentadas por Brandão (2004), identificam-se alternativas que servem para os municípios de Reserva do Iguaçu, Pinhão, Foz do Jordão e Sulina. As decisões ainda são locais, o fazer e o refazer das estratégias passam pelas decisões de atores locais e da promoção da política pública. A atividade turística entra em cena como algo distinto para os municípios, promovendo as possibilidades de implementação, reunindo atores e produtos.

O Inventário da Oferta Turística, constitui-se como possibilidade para a gestão municipal integrar os interesses locais por meio dos aspectos sociais, econômicos e ambientais dispostos no território.

Haja vista o forte potencial de recursos e atrativos turísticos encontrados em cada município, suas vastas áreas de vegetação, unidades de conservação e recursos naturais aliadas a outro elemento de grande expressividade que são as áreas rurais, com grande número de agricultores familiares, propõe-se a estratégia de unir esses elementos para a formulação de projetos de implantação do turismo sustentável junto aos agricultores familiares e demais atores, a fim de participarem com suas atividades, produções artesanais e alimentícias, o que consequentemente proporcionará para que cada comunidade seja conhecida por sua identidade.

Oliveira (2020) ao analisar as transformações e adaptações dos valores camponeses à dinâmica do mercado na comunidade Chã de Jardim, no município de Areia (PB), salienta que as práticas tradicionais e modernas compõem uma realidade complexa, na qual a *troca* de dons e a reciprocidade convivem com transações mercantis.

Sob outro enfoque, destacam Souza *et al.* (2021) que "a partir da atividade turística nos empreendimentos, práticas como preservação ambiental e educação ambiental cada vez mais têm sido desenvolvidas, visto a motivação do turista pelo contato com a natureza protegida e intacta, sendo um argumento comercial consistente" (SOUZA *et al.* 2021, p. 79). Sendo assim, para Souza *et al.* (2021) a atividade turística em empreendimentos rurais pode estimular a sustentabilidade (ambiental, econômica e social), visto que quanto mais autêntica e preservadas as paisagens turísticas, além do desenvolvimento dos costumes locais, maior será a demanda pelos atrativos.

Sousa e Carvalho (2021) ao enfatizar a importância da prática do cicloturismo e a valorização do território do baixo Parnaíba Maranhense destacam que "Na contemporaneidade, a dicotomia entre os meios rural e urbano é suplantada por uma visão dinâmica que os entende não como entes separados, mas como espaços de confluência e constantes diálogos, enfatizando o sentido de novo rural ou novas ruralidades" (SOUSA; CARVALHO, 2021, p. 340-341). Nesse sentido, os autores ressaltam que o meio rural apresenta um diálogo permanente com a área urbana, seja no sentido econômico, por meio do comércio de bens e produtos oriundos da zona

rural, seja no sentido da população rural utilizar serviços, estar empregada ou ainda estudar nas sedes municipais, revelando as inter-relações entre o rural e o urbano.

Dessa forma, no espaço rural, convivem várias segmentações mercadológicas do setor de Turismo, como o turismo de aventura, o turismo de natureza, o turismo de conservação, o ecoturismo e o turismo rural (SEBRAE, 2013).

Como é possível observar, as atividades que envolvem o Turismo Rural no território brasileiro experimenta um regime híbrido, parte rural e parte urbana (SEBRAE, 2013) naquilo que se refere às questões trabalhistas, previdenciária, sanitária e tributária, bem como um alinhamento entre a norma e a prática. Nessa direção, nos rumos dos negócios e, sobretudo, ao pequeno produtor as atividades do campo passaram a ser incorporadas como um espaço de pluriatividade¹⁵ e multifuncional (SEBRAE, 2013), indicando a presença de empreendedores oriundos tanto da área rural como urbana.

Tais fatos, resultam, mesmo que parcialmente, para a informalidade de algumas atividades. Todavia, identificamos no presente estudo que os municípios paranaenses investigados partem para a busca de alternativas que possam assegurar os ganhos econômicos e mediante parcerias e outras normas municipais (como é o caso dos certificados de produtos orgânicos e legalização de agroindústrias) garantir a expansão de mercado e da oferta de produtos segundo as normas legais e sanitárias.

Conforme Sebrae (2013), a atividade de Turismo, presente na Constituição de 1988, somente foi regulamentada juridicamente 20 anos depois, por meio da Política Nacional do Turismo (Lei 11.771/2018), tornando-se Lei Geral do Turismo ou Lei do Turismo e a Política Nacional do Turismo está regulamentada pelo Decreto 7.381, de 2 de dezembro de 2010.

Cumprir observar, segundo o Sebrae (2013), que além do CADASTUR como instrumento de gestão turística, a Política Nacional de Turismo vinculou a atividade à descentralização e à regionalização. Como estratégia operacional foi instituído o Programa de Regionalização do Turismo, no qual Estados e municípios identificam regiões e roteiros para ordenamento, estruturação, gestão, qualificação e promoção (SEBRAE, 2013).

Ao abordar o turismo como alternativa, deve-se enfatizar os fatores que engajam o turismo. Para Tomazzoni (2009) de forma ampla e geral, o turismo é uma grande rede de organizações, ou empresas de serviços, que tanto depende dos demais setores, como a indústria (setor secundário) e a agricultura (setor primário), para desenvolver-se quanto os que promovem e impulsionam de forma considerável.

A apropriação das potencialidades são consideradas endógenas, tendo em vista não oferecer outras condições para provocar o conhecimento mais amplo e disposto e podem ser divididas em: a) áreas de lazer/pesque-pagues/área hidrotermal, cachoeiras, horto florestal, lagos das hidrelétricas e museus (escala local e regional); b) festividades e eventos (escala local – comunidades urbana e rural), agroindústrias familiares, aspectos religiosos; c) Turismo rural/caminhadas – considerando os recursos naturais, caso de Sulina.

No quadro 1 reúnem-se os componentes identificados em locais públicos e privados que influenciam para potencializar a atividade turística e o desenvolvimento local.

¹⁵ Combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, podendo ser desenvolvidas tanto dentro quanto fora do estabelecimento (SCHNEIDER, 2009).

| Componentes | Condicionantes/ | Potencialidades | Principais Carências |
|--|--|--|---|
| Natural | <ul style="list-style-type: none"> - Cachoeiras e Rios. - Fauna e Flora. - Unidades de Conservação. | <ul style="list-style-type: none"> - Lazer, recreação, pesquisas, passeios guiados, observação da paisagem. | <ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Transporte adequado aos locais. - Agência(s) e guias de turismo. - Divulgação dos recursos e atrativos turísticos. - Cursos/treinamento. - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados. |
| Técnico-científico | <ul style="list-style-type: none"> - Usinas Hidrelétricas e respectivos lagos. - Museus. - Antigas Indústrias. - Horto Florestal. - Unidades de Conservação. | <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa, ensino, capacitação e turismo. | <ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Divulgação. - Agência(s) e guias de turismo. - Transporte adequado aos locais. - Cursos/treinamento. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados. |
| Cultural | <ul style="list-style-type: none"> - Festas locais e Eventos. - Imigração. - Agroindústrias familiares. - Produção Caseira. - Aspectos Religiosos - Casarões - Muro de Taipa | <ul style="list-style-type: none"> - Estímulo ao empreendedorismo, associativismo e cooperativismo. - Culinária. - Laços familiares / sucessão familiar. - Novos produtos. | <ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Agência(s) e guias de turismo. - Transporte adequado aos locais. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Divulgação. - Cursos/treinamento. - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados. |
| Empreendimentos diversos | <ul style="list-style-type: none"> - Pesque-pague - Piscinas - Acomodações - Restaurantes, bares, padarias | <ul style="list-style-type: none"> - Aluguéis de casas - Mão de obra local | <ul style="list-style-type: none"> - Acesso e sinalização. - Agência(s) e guias de turismo. - Transporte adequado aos locais. - Projetos e Programas visando a conservação e preservação (inclusive revitalização/recuperação). - Divulgação. - Cursos/treinamento. - Ações articuladas entre governo, iniciativa privada e sociedade civil. - Aprofundar o conhecimento dos elementos encontrados. |
| Institucional (Prefeituras, Conselhos e Associações dos Municípios) | <ul style="list-style-type: none"> - Criação dos Conselhos Municipais do Turismo; - Prever dotação orçamentária aos Conselhos Municipais de turismo. - Criação de Secretarias de Turismo. - Elaborar Rotas, Roteiros e Circuitos Turísticos. - Garantir apoio técnico aos empreendedores. | <ul style="list-style-type: none"> - Ações Políticas / parcerias - Assistência Técnica | <ul style="list-style-type: none"> - Investimentos e ações. - Fiscalização - Treinamento - Estabelecer parcerias - Acessibilidade e Mobilidade. |

Consideram-se no quadro 1 o conjunto dos componentes, sem a preocupação de definir os locais examinados. Nesse cenário, identificam-se para os casos dos municípios que não é possível separar o rural e o urbano para ações definidas, ou seja, o movimento deve prever o território municipal como um todo articulado, de modo social, econômico

e ambiental.

Outra dificuldade é a baixa oferta de transporte rodoviário, limitado para somente o transporte de trabalhadores em direção aos municípios circundantes e não para o uso exclusivo para a atividade turística. Quanto à pluriatividade, combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no estabelecimento agropecuário, pode-se mencionar, em Pinhão, a Pousada Farol.

Há, ainda, outros componentes que podem/devem ser incorporados como: comunidades isoladas que oferecem entender melhor as desigualdades, a formação dos locais, as áreas exploradas pelo capital e esquecidas e a inserção de outras economias, como a pesca em tanques.

Cumprir observar que a realização do Inventário da Oferta Turística é entendida como uma atividade que busca qualificar o território como receptor dos esforços dos agentes locais e da promoção da inovação dos governos municipais. Na extensão da atividade turística, observou-se a predominância de características locais que não foram transformadas e não evoluíram suficientemente como impulsionadoras para realização da necessidade local e regional.

Santos (1999, p. 121) chama atenção que:

[...] a escala de origem do evento tem o que ver com a força do seu emissor. É raro que o governador de um estado ou o prefeito de um município tenha condições para criar outra coisa além de, respectivamente, eventos regionais ou locais. Enquanto isso, no âmbito geográfico de uma região ou de um lugar, as escalas superiores de ação estão frequentemente enviando vetores. Esses vetores de diferentes níveis hierárquicos se combinam para solidariamente constituir uma área comum de ocorrência, que é a sua escala de realização.

Assim, observa-se que a competitividade promovida pelas representações e dos atores locais (do poder público, do comércio e os prestadores de serviços) podem ser definidas como imediatas e não duradouras, na medida em que não há superação dos indicadores sociais suficientes para melhoria das condições de superação das dificuldades reais.

Há muitas áreas ainda para serem ocupadas, pois, é pouco o aproveitamento com fins ambientais para serem utilizados e explorados, o que requer investimentos, planejamento e pró-atividade dos Conselhos (de turismo por exemplo). Cumpre destacar a importância das Unidades de Conservação¹⁶ Ambiental para a realização de pesquisas e atividades de educação ambiental.

Com base nos atrativos encontrados nos quatro municípios, no potencial de recursos naturais de Candói, Cantagalo e Goioxim, (municípios que se encontram próximos a Pinhão, Reserva do Iguazu e Foz do Jordão, principalmente) e na forte presença de agricultores familiares, propõe-se a criação de um roteiro de turismo rural. Essa é uma alternativa estratégica para alçar o desenvolvimento econômico e social nas regiões, pois requer a articulação entre os municípios para criação do roteiro e a união do

¹⁶ Estação Ecológica Rio dos Touros (Reserva do Iguazu); Estação Ecológica Municipal Francisco Paschoeto e Estação Ecológica Municipal Corredor das Águas (Reserva do Iguazu); Parque Estadual de Santa Clara (Foz do Jordão, Candói e Pinhão) (ISA, 2021).

potencial de riquezas naturais com os agricultores familiares. Os estabelecimentos agropecuários proporcionarão lazer, esporte, cultura, gastronomia, hospedagem, técnicas produtivas artesanais, uma vez que suas particularidades, sua cultura, se tornam o próprio atrativo turístico e que irão caracterizar a região. Deve-se destacar que os efeitos do turismo rural serão sentidos no espaço urbano, já que os prestadores de serviços de alimentação e pouso estão situados na cidade. Outros serviços são afetados tais como postos de combustíveis, mercados, farmácias e demais pontos turísticos localizados na cidade.

Ao examinar a importância do Turismo Rural para os municípios no Brasil, observa-se as relações entre o rural e o urbano, as ressignificações no território, o patrimônio histórico e natural no meio rural, aspectos socioculturais e ambientais, como no Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo-PR, Caminhos de Pedra em Bento Gonçalves-RS, Caminho da Uva e das Águas na região central do Rio Grande do Sul, na denominada Quarta Colônia, Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima-SC, entre outras iniciativas no território nacional. Em todos os casos houve integração entre propriedades no âmbito do município e, em alguns casos, entre propriedades de municípios vizinhos, o que indica uma estratégia operacional para desenvolvimento regional integrando os pequenos municípios.

De acordo com Brasil (2004) o turismo é uma atividade que sofre mudanças e inovações constantes, em função de novas exigências da demanda e da contínua e acirrada competitividade dos mercados. Em virtude dessa realidade, as empresas que têm seus ramos de atividade relacionados ao setor vêm seguindo uma tendência de especialização no que diz respeito à oferta de produtos cada vez mais segmentados, com a finalidade de atender às necessidades de demandas específicas. Isso influi diretamente no aparecimento de novos tipos de turismo, a exemplo do turismo rural, com a proposta de melhorar os rendimentos de proprietários rurais e valorizar os modos de vida, a ruralidade e o contato com o ambiente natural e cultural. O turismo rural é uma forma de diversificar a renda dos agricultores e valorizar sua cultura. As características da propriedade, a culinária, a cultura e diversidade de produtos, podem servir de atrativos. Dentro do turismo rural pode ser acrescentado o turismo de aventura, turismo cultural, entre outros. Segundo Kloster e Cunha (2014, p. 84):

O turismo rural liga-se às atividades que são tipicamente rurais e agrárias. No turismo rural os visitantes podem realizar atividades como pesca, trilhas, participam das lidas rurais e das atividades culturais. Interação com o meio pelo contato com os moradores locais, buscando conhecer e consumir produtos com identidade territorial. As características dessa identidade podem servir como atrativo, formado por elementos endógenos de diferenciação dos espaços geográficos.

O turismo rural também se torna uma forma de incentivar as famílias a permanecerem no meio rural e preservarem suas características culturais. Quanto aos recursos naturais, visa a sustentabilidade ambiental, preservação, conservação e recuperação, recursos os quais, podem se tornar atrativos turísticos¹⁷.

O turismo, pelo seu efeito multiplicador, afeta toda sociedade e setores da economia. De acordo com o Inventário da Oferta Turística do Município de Reserva do Iguaçu-PR (2015), o turismo é uma atividade que proporciona uma série de relações ambientais,

¹⁷ A divulgação deverá dar ênfase ao caráter tradicional, local, artesanal, buscando se/los, como o de Identificação Geográfica de Origem.

sociais, culturais e econômicas na localidade onde se desenvolve, vista como atividade transformadora e (re)organizadora de sociedades e de (re)ordenamento de territórios. Além disso, o turismo possui como característica utilizar de forma mais ampla o território por suas potencialidades. As transformações ocorrem por meio de um conjunto de bens e serviços que são responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, dentre eles os meios de hospedagem, transportes, serviços de alimentação, entre outros serviços e equipamentos que compõem essa prática.

A alternativa proposta para formar roteiros e um circuito turístico que explore o turismo rural, é uma forma de movimentar a economia dos municípios através do turismo, colaborando para diminuir as disparidades sociais e contribuindo para a geração de emprego e renda. A proposta é gerar participação e articulação entre os municípios, aproveitando-se da proximidade territorial e de suas potencialidades, em prol do(s) roteiro(s). Para isso, é fundamental a participação dos atores locais, organizações públicas, privadas e a comunidade.

Dentre as várias possibilidades, o turismo pode demandar os diversos produtos elaborados pelas agroindústrias rurais familiares (doces e geleias, panificados, embutidos, sucos). Da mesma forma, as próprias agroindústrias podem se tornar a base para roteiro(s) de turismo rural.

Portanto, uma alternativa de fomentar e incentivar o turismo rural nas regiões turísticas Lagos e Colinas e Vales do Iguaçu é formular circuitos¹⁸ que articulem e integrem os municípios, visto que a participação entre os mesmos, irá proporcionar uma influência e comunicação regional e fluxo de informações. Além de proporcionar desenvolvimento econômico e social para os municípios, também irá contribuir para amenizar os baixos índices de desenvolvimento, sobretudo, da mesorregião Centro-Sul paranaense.

Incentivar o cooperativismo entre os municípios e explorar com sustentabilidade seus potenciais turísticos, como também preservar a cultura da agricultura familiar é induzir o desenvolvimento econômico com os elementos identificados durante a realização da pesquisa.

Tornar o turismo um elemento gerador de emprego e renda na região, não só contribuirá para o desenvolvimento econômico e regional, como também, proporcionará fluxos de procura e demanda pela área. A alternativa é formular estudos que auxiliem no desenvolvimento regional, na tentativa de elevar o Índice de Desenvolvimento Humano da mesorregião Centro-Sul paranaense, principalmente, já que ainda tem o menor índice de IDH das mesorregiões do estado. Buscar novas alternativas e preservar o que há de mais abundante na região considera-se uma estratégia piloto.

Ao referir-se para o desenvolvimento regional, deve-se ressaltar que um circuito e/ou roteiros de turismo rural irão envolver vários elementos para impulsionar o desenvolvimento nas regiões (Lagos e Colinas e Vales do Iguaçu), pois irá envolver atores públicos, privados e a comunidade, por meio da formulação de políticas, programas e projetos a serem implantados, na área de infraestrutura, de apoio à criação de micro empresas, associativismo e cooperativismo, cursos de profissionalização e capacitação¹⁹, divulgações por meio de eventos regionais, como estratégia de

¹⁸ “Os circuitos turísticos constituem-se em agrupamentos de municípios com características turísticas semelhantes, localizados dentro de uma região geográfica limitada, que se unem para organizar e desenvolver a atividade de forma sustentável, ampliando adequadamente o potencial do turismo, buscando limitar seus danos e estimulando o desenvolvimento regional” (SOUZA; WARLEY; SHIKI; PEREIRA, 2015 apud SANTOS; PEREIRA, 2020, p. 118).

¹⁹ Modernizar os processos e adequá-los às exigências legais e de mercado (parcerias com SEBRAE,

desenvolvimento de forma integrada e participativa.

Salienta-se, por fim, que os gestores dispostos a articular o desenvolvimento local e regional por meio do Turismo, pela integração entre municípios ou pela iniciativa local de cada um deles, devem elaborar um diagnóstico de suas demandas para o turismo, e por meio do planejamento, encontrem nas linhas de financiamentos citadas pela Secretaria do Esporte e do Turismo do Paraná, uma maneira de obtenção de recursos para investir nos projetos.

As ações em conjunto (dos municípios, entre eles e envolvendo atores governamentais e não governamentais), envolve muitos elementos para se trabalhar, como por exemplo, a capacitação daqueles que irão se envolver no setor turístico. Tais ações abrangem também a área de infraestrutura, item o qual, seria importante um mapeamento regional para identificar as necessidades de infraestrutura, levantamento das áreas que precisam ser recuperadas, do que será necessário ser revitalizado e construído, como por exemplo a revitalização das estradas rurais e redes de energia. Entende-se que seja necessário ampliação do comércio e oferta de serviços que atendam, tanto a população local, quanto os turistas, de maneira adequada. Grande gerador de deslocamentos, também deve-se pensar em redes de transportes. Fatores estes, que favorecem o desenvolvimento local e regional.

A proposta apresentada envolve os agricultores familiares, propõe a capacitação dos mesmos para melhor desenvolverem suas atividades, inserirem suas produções alimentícias e/ou artesanais, tornando-se receptores de turistas e diversificando a economia local e regional através de políticas, programas ou projetos específicos de profissionalização e cursos de capacitação. O turismo rural pode estimular o surgimento de agroindústrias rurais familiares, e vice-versa. As políticas, projetos e planos possuem uma relação direta no processo de articulação e gerenciamento de tais atividades.

Diante do fato que o turismo gera fluxo de pessoas e produtos, sugere-se essa estratégia, a fim de diversificar a economia dos municípios, multiplicando atividades e fontes de renda. Deste modo, a integração dos municípios é uma necessidade urgente, tendo em vista, que um município não trabalha sozinho para ascender a economia de uma região, sendo assim, é necessário o trabalho em conjunto.

Considerações finais

Diante do exposto, observamos como alternativas aos pequenos municípios, a valorização do território e de suas potencialidades, sobretudo, na área rural e as mudanças na área urbana voltadas para o atendimento das demandas oriundas do rural, na perspectiva de reestruturação produtiva nos pequenos municípios dos Centro-Sul, principalmente, e Sudoeste paranaense.

Há vantagens locais, como a proximidade entre municípios, com outros estados (Santa Catarina, por exemplo) e da fronteira com Argentina (caso do município de Sulina). As novas economias, oriundas das riquezas locais podem imprimir na paisagem e para os municípios forças que permitam alavancar novos movimentos à população e aos territórios, e diante do que propusemos, um esforço local no sentido de desenvolver as atividades da agricultura familiar que relacionar-se-ão com o turismo rural, dentre elas, as agroindústrias rurais.

Os municípios precisam desempenhar mais que uma função, para assegurar a

população residente, os mecanismos para internalizar o turismo como estratégico para enfrentar o esvaziamento do espaço rural (principalmente na agricultura familiar) e contar como ele como ferramenta para o desenvolvimento local e regional.

O nível de investimento em infraestrutura identificado ainda é baixo para gerar expectativas e melhorias significativas associadas ao desdobramento da atividade turística. Contudo, entendemos que um caminho para enfrentar as limitações em recursos humanos, técnicos e financeiros (principalmente) seja as articulações possíveis entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil a fim de se construir estratégias para superar limitações e barreiras.

A dinâmica aponta que ainda é um processo em transformação, na qual observam-se ganhos que promovem a participação dos atores envolvidos, valorização dos aspectos naturais e equilíbrio que promova a melhor aplicação dos recursos públicos. Os avanços já ocorreram, basicamente àqueles relacionados à elaboração de inventários da oferta turística, criação de Conselhos municipais de turismo e Secretarias ou Departamentos de turismo. Esforços maiores devem direcionar-se para criação de fundos para o desenvolvimento do turismo e a constante articulação entre atores e instituições municipais e intermunicipais para fortalecer as ações.

Porém, ao se realizar os inventários da oferta turística de Foz do Jordão, Pinhão, Reserva do Iguazu e Sulina, percebemos que as iniciativas e os desdobramentos (a Dinâmica) ainda são desenvolvidos individualmente, para a promoção das potencialidades municipais. Poucas são as ações integradas, intermunicipais. Muitas ações municipais, inclusive, encerram-se quando do término do inventário e/ou com o fim do mandato municipal.

Para isso, há que existir o acompanhamento dos planos, projetos e políticas públicas por parte dos Conselhos de desenvolvimento e sociedade em geral, sobretudo aquelas voltadas à valorização das experiências locais, a novos rumos para investimentos. Tal acompanhamento deve anteceder a tomada de decisões que possa se aproximar de outros municípios.

O turismo rural, como vimos, pode ajudar a frear a migração, sobretudo de jovens entre 15 e 24 anos. Neste sentido pode-se evitar a falta de sucessor nas unidades de produção familiares. Entendemos que as propriedades devem se tornar competitivas, inseridas aos mercados, com diversificação de atividades e fontes de renda. Para isso, o apoio institucional é imprescindível. Muitas agroindústrias rurais familiares, por exemplo, têm dificuldades de se desenvolverem, devido à burocracia, aos investimentos iniciais necessários e, em geral, à limitada assistência técnica.

Há muito espaço para novas atividades, no rural e no urbano. Entendemos, contudo, que os projetos e os programas devam ter um caráter permanente. Além disso, consideramos que seja necessário a aplicação dos recursos nos locais propícios ao desenvolvimento de projetos e programas permanentes.

O turismo pode se definir para esses municípios como uma estratégia para mostrar à sociedade que o rural vai além da produção de alimentos. As ações se dariam na direção de tornar o rural um espaço para múltiplos atores e funções, permanente, durável e acolhedor.

Convergem necessariamente para este processo uma legislação municipal que acompanhe o movimento e os investimentos de empresas, na geração de renda e de emprego; apoio e estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, assistência técnica, crédito, parcerias com o sistema S (Sebrae e Senar, sobretudo), Universidades e

Institutos federais.

Para garantir o desenvolvimento do território, sugerimos legislação mais propositiva, adequação orçamentária e proatividade da comunidade / sociedade civil, como nos Conselhos de desenvolvimento. Observa-se que há uma lenta atuação territorial do Estado e de seus instrumentos para o desenvolvimento que podem/devem incentivar a exploração dos recursos e dos atrativos no território.

Por fim, consideramos que o turismo rural possa fortalecer as identidades regionais. As potencialidades locais e regionais, bem como as necessidades dos turistas, fornecerão as bases ao desenvolvimento da atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos pequenos municípios.

Referências

- BASSAN, Dilani Silveira; SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p.137-153.
- BECKER, Dinizar Fermiano. A economia política do (Des)envolvimento regional contemporâneo. BECKER, Dinizar Fermiano; WITTMANN, Milton Luiz (Orgs.). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p. 37-66.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba: IPARDES, n.107, p.55-74, jul./dez. 2004.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. *IpeaGEO*. 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ipeageo/index.html>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. 2004. Disponível em: Downloads\Documents\E_Diretrizes_TR_6.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Roteirização Turística - Módulo operacional 7*. Brasília, 2007.
- BRASIL. Lei 11.326. *Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 03 mar. 2021.
- HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, ano 1, n. 1, 1999.
- ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL. *IFDHM*. 2016. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário*. 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 out. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades (2017, 2019 e 2020)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2010*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Nota Técnica IparDES*, Curitiba, n. 20, dez. 2010.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). *Leituras Regionais: Mesorregião Centro-Sul Paranaense*. Curitiba, 2003. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_centro_sul.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). 2021. *Unidades de Conservação no Brasil*. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- KLOSTER, Silvana; CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Desenvolvimento territorial e turismo rural: as relações possíveis. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 12, n. 27, 2014.
- LIMA, José Edmilson de Souza; OLIVEIRA, Gilson Batista. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento. *Revista FAE*, Curitiba, v. 6, n. 2, maio/dez. 2003.
- MONTE-MÓR, Roberto Luis. *A relação urbano-rural no Brasil contemporâneo*. 2004. Disponível em <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/conferencias/06.pdf>. Acesso: 15 jan. 2020.
- MOURA, Rosa Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, Ângela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Orgs.) *Pequenas cidades e desenvolvimento local*. Maringá: PGE, 2009. p.15-40.
- NÚÑEZ, Tarson. *Desenvolvimento e planejamento em múltiplas escalas - o significado das novas agendas de desenvolvimento territorial*. Porto Alegre: FEE, 2016.
- OLIVEIRA, Josilene Ribeiro. Circulação de dons, trabalho e renda do turismo na comunidade rural Chã de Jardim, na Paraíba. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 58, p. 1-17, 2020.
- PARANÁ TURISMO. 2020. *Regionalização do turismo*. <https://www.turismo.pr.gov.br/Pagina/Regionalizacao-do-Turismo>. Acesso em: 26 fev. 2021.
- PUTNAM, Robert David. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. (Trad. Luiz Alberto Monjardim). 5. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- RESERVA DO IGUAÇU (Município). *Inventário da Oferta Turística de Reserva do Iguaçu-PR*. Foz do Jordão, 2015.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Thiago de Souza; PEREIRA, Raquel da Silva. O turismo como impulsionador do desenvolvimento regional: análise no Campo das Vertentes (MG), Brasil. *EURE*, v. 46, n. 137, 2020.
- SAQUET, Marcos Aurélio. *Os tempos e os territórios da colonização italiana: o*

desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes*, Campina Grande, v. 23, n. 01 e 02, jan.– dez./2004.

SCHNEIDER, Sérgio. *A Pluriatividade na agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). (2013). *Retrato do Turismo Rural no Brasil com foco nos Pequenos Negócios*. Brasília: Sebrae, 2013. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/\\$File/5142.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/9e845a6d413535b25fd040f6c5ea079e/$File/5142.pdf). Acesso em: 08 jul. 2021.

SOUSA, Rodrigo Olavo Costa; CARVALHO, Karoliny Diniz. Cicloturismo como promotor do desenvolvimento de áreas rurais: possibilidades na região do Baixo Parnaíba Maranhense. *Turismo: Visão e Ação*. v. 23, n.2, p. 329-349. 2021. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/17628/10083>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SOUZA, Tatiana Porto de; ROSA, Liciane Oliveira da; GONÇALVES, Carolina da Silva; CORRÊA, Luciara Bilhalva; PEREIRA, Gisele Silva. Adoção de Práticas Ambientais a partir da Atividade Turística: A Rota de Turismo Rural Pelotas Colonial. *Revista de Turismo Contemporâneo*, v. 9, n. 1, p. 64-82, 2021.

TOMAZZONI, Edgar Luís. *Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul: Educs, 2009.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? *Cadernos IPPUR*, Rio de Janeiro, v.15/16, n.1/2, p.13-32., ago./dez. 2001 – jan./jul., 2002.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.